

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	54
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.191.240.592
Preferenciais	0
Total	1.191.240.592
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	4.702.143	4.640.469
1.01	Ativo Circulante	331.844	337.859
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	68.270	72.770
1.01.02	Aplicações Financeiras	196.471	205.667
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	196.471	205.667
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	173.034	181.471
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	23.437	24.196
1.01.03	Contas a Receber	58.583	53.632
1.01.03.01	Clientes	56.892	52.055
1.01.03.01.01	Contas a Receber	56.892	52.055
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.691	1.577
1.01.03.02.01	Contas a receber partes relacionadas	1.691	1.577
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.523	2.442
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.523	2.442
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	5.523	2.442
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.734	3.071
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	2.734	3.071
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	263	277
1.01.08.03	Outros	263	277
1.01.08.03.02	Outros Créditos	263	277
1.02	Ativo Não Circulante	4.370.299	4.302.610
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	505.985	490.274
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	342.107	330.669
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	342.107	330.669
1.02.01.04	Contas a Receber	0	3
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	0	3
1.02.01.07	Tributos Diferidos	163.053	158.634
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	163.053	158.634
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	782	925
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	43	43
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	43	43
1.02.03	Imobilizado	61.691	38.980
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.895	4.045
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	57.796	34.935
1.02.04	Intangível	3.802.623	3.773.356
1.02.04.01	Intangíveis	3.802.623	3.773.356
1.02.04.01.02	Intangível	3.447.650	3.401.672
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	354.973	371.684

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	4.702.143	4.640.469
2.01	Passivo Circulante	594.582	593.249
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.763	12.718
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.763	12.718
2.01.02	Fornecedores	37.261	43.937
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	37.261	43.937
2.01.03	Obrigações Fiscais	34.131	28.434
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34.131	28.434
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	21.157	13.942
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	12.974	14.492
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	166.554	164.138
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	101.449	100.721
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	101.449	100.721
2.01.04.02	Debêntures	65.105	63.417
2.01.05	Outras Obrigações	132.104	147.747
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.927	15.387
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	13.927	15.387
2.01.05.02	Outros	118.177	132.360
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	82.377	82.377
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	18.693	19.686
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	772	19.338
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	4.227	2.182
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	12.108	8.777
2.01.06	Provisões	209.769	196.275
2.01.06.02	Outras Provisões	209.769	196.275
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	209.769	196.275
2.02	Passivo Não Circulante	2.310.465	2.285.816
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.890.522	1.892.451
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.833.449	1.836.652
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.833.449	1.836.652
2.02.01.02	Debêntures	57.073	55.799
2.02.02	Outras Obrigações	50.000	29.834
2.02.02.02	Outros	50.000	29.834
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil a pagar	50.000	29.834
2.02.04	Provisões	369.943	363.531
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.650	1.541
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	1.650	1.541
2.02.04.02	Outras Provisões	368.293	361.990
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	144.303	150.467
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	223.990	211.523
2.03	Patrimônio Líquido	1.797.096	1.761.404
2.03.01	Capital Social Realizado	1.441.386	1.441.386
2.03.04	Reservas de Lucros	355.710	320.018
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	355.710	320.018

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	240.791	284.781
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	191.703	179.857
3.01.02	Receita de serviços de construção	49.088	104.924
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-141.982	-187.080
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-92.894	-82.156
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-49.088	-104.924
3.03	Resultado Bruto	98.809	97.701
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.349	-8.726
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.815	-9.075
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-8.815	-9.054
3.04.02.04	Provisão para Perdas Esperadas	0	-21
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	466	349
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	90.460	88.975
3.06	Resultado Financeiro	-37.522	-41.698
3.06.01	Receitas Financeiras	20.690	12.305
3.06.01.01	Receitas Financeiras	20.690	12.305
3.06.02	Despesas Financeiras	-58.212	-54.003
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-58.212	-54.003
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	52.938	47.277
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.246	-15.926
3.08.01	Corrente	-21.665	-22.271
3.08.02	Diferido	4.419	6.345
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.692	31.351
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	35.692	31.351
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,024	0,0211

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	35.692	31.351
4.03	Resultado Abrangente do Período	35.692	31.351

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	81.485	85.346
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	127.262	116.048
6.01.01.01	Lucro líquido do período	35.692	31.351
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	44.472	39.376
6.01.01.03	Provisão para perdas esperadas	0	21
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	0	154
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-4.419	-6.345
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-20.667	-9.421
6.01.01.11	Juros e variações monetárias sobre Empréstimos	41.980	35.664
6.01.01.12	Juros e variações monetárias sobre Debêntures	2.683	5.205
6.01.01.14	Despesas (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	11.447	11.231
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	1.013	1.510
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	15	26
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	15.046	7.276
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-45.777	-30.702
6.01.02.01	Contas a receber	-4.837	-5.720
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-114	-399
6.01.02.04	Despesas antecipadas	480	671
6.01.02.05	Impostos a recuperar	2.606	2.895
6.01.02.06	Outros créditos	14	-149
6.01.02.08	Outras contas a receber	3	-28
6.01.02.09	Fornecedores	11.500	-879
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-1.850	-2.754
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	-47	2
6.01.02.12	Obrigações sociais	2.045	2.609
6.01.02.13	Obrigações fiscais	19.093	21.250
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-13.225	-17.800
6.01.02.15	Credores pela concessão e taxa de fiscalização	2.045	60
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-919	-304
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-13.966	-1.717
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	303	608
6.01.02.19	Pagamento de juros	-30.342	-23.666
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-18.566	-5.381
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-57.529	-88.466
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	0	-16
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-70.267	-98.936
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-65.491	-44.854
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	61.099	53.009
6.02.10	Aplicação Financeira	17.130	2.331
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-28.456	-23.172
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-3.919	-4.072
6.03.05	Pagamento empréstimos - principal	-24.537	-19.100
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.500	-26.292

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	72.770	100.068
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	68.270	73.776

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.441.386	0	320.018	0	0	1.761.404
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.441.386	0	320.018	0	0	1.761.404
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.692	0	35.692
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.692	0	35.692
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.441.386	0	320.018	35.692	0	1.797.096

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.441.386	0	196.073	0	0	1.637.459
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.441.386	0	196.073	0	0	1.637.459
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	31.351	0	31.351
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	31.351	0	31.351
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	31.351	-31.351	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	31.351	-31.351	0	0
5.07	Saldos Finais	1.441.386	0	227.424	0	0	1.668.810

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	269.901	314.255
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	209.611	196.818
7.01.02	Outras Receitas	60.290	117.437
7.01.02.01	Receita dos serviços de construção	49.088	104.924
7.01.02.02	Outras receitas	802	728
7.01.02.03	Juros capitalizados	10.400	11.785
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-90.971	-142.703
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-12.404	-13.347
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.499	-7.888
7.02.04	Outros	-73.068	-121.468
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-49.088	-104.924
7.02.04.02	Custo da Concessão	-7.234	-6.885
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-15.046	-7.276
7.02.04.04	Outros	-1.700	-2.383
7.03	Valor Adicionado Bruto	178.930	171.552
7.04	Retenções	-44.472	-39.376
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44.472	-39.376
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	134.458	132.176
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.690	12.305
7.06.02	Receitas Financeiras	20.690	12.305
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	155.148	144.481
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	155.148	144.481
7.08.01	Pessoal	15.077	14.059
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.271	10.531
7.08.01.02	Benefícios	3.177	2.916
7.08.01.03	F.G.T.S.	629	612
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	35.689	33.115
7.08.02.01	Federais	25.216	23.253
7.08.02.02	Estaduais	5	17
7.08.02.03	Municipais	10.468	9.845
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	68.690	65.956
7.08.03.01	Juros	44.663	40.869
7.08.03.02	Aluguéis	391	310
7.08.03.03	Outras	23.636	24.777
7.08.03.03.01	Juros capitalizados BNDES	10.010	11.370
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debêntures	390	415
7.08.03.03.04	Outras	13.236	12.992
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	35.692	31.351
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	35.692	31.351

Comentário do Desempenho

Release de Resultados 1T26

Comentário do Desempenho



Ribeirão Preto, 14 de maio de 2026 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da ViaPaulista S.A. ("Companhia") apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026 ("1T26").

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis, não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

A Diretoria da companhia, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, (i) o conteúdo e as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte"); e (ii) as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026.

INTRODUÇÃO

A ViaPaulista S.A. ("Companhia" ou "ViaPaulista"), concessionária controlada pela Arteris S.A., é responsável pela administração de 720 km de rodovias no Estado de São Paulo, abrangendo trechos estratégicos que interligam 35 municípios das regiões sudoeste, central e nordeste do estado. A operação teve início em 2017 com 285 km de rodovias (SP-255 e SP-281), sendo posteriormente ampliada em 2019 com a incorporação de 316,5 km adicionais, além de mais de 100 km de rodovias vicinais.

A malha viária da Companhia é essencial para o escoamento da produção agrícola e industrial de uma das regiões mais relevantes do agronegócio brasileiro, com destaque para a agroindústria canavieira, bioenergia, soja, milho, café e amendoim. O perfil logístico da concessão é evidenciado pelo *mix* de tráfego, composto por 63% de veículos pesados e 37% de veículos de leves. A Companhia opera 11 praças de pedágio, e o contrato de concessão tem vigência até 2047, com prazo total de 30 anos.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 1T26

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **1,2%** no tráfego no 1T26, com **20,0 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **62,4%** do tráfego representado por veículos pesados e **37,6%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 209,6 milhões** no 1T26, com crescimento de **6,5%** quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA e Margem Ajustada

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 149,9 milhões**, acréscimo de **10,6%**, com uma margem de **78,2%**, evolução de **2,8 p.p.**

DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	1T26	1T25	Δ%
Total	20,097	19,851	1.2%
Leves	7,566	7,389	2.4%
Pesados	12,531	12,463	0.5%

A ViaPaulista registrou 20,0 milhões de veículos equivalentes no 1T26, crescimento de 1,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O *mix* foi composto por 62,4% de veículos pesados e 37,6% de leves. O crescimento do tráfego de veículos leves está associado ao retorno das festividades de fim de ano, e ao impacto positivo do feriado de Carnaval. Por sua vez, a expansão do tráfego de veículos pesados foi impulsionada pelo desempenho do complexo sucroenergético, com destaque para o açúcar de cana e o álcool etílico, além do crescimento nas exportações de carnes, especialmente bovina e de frango.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	1T26	1T25	Δ%
Tarifa Média	10.43	9.91	5.2%

A tarifa média no 1T26 foi de R\$ 10,43, representando crescimento de 5,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete o reajuste inflacionário aplicado em novembro de 2025, com base no IPCA. Além disso, houve um reequilíbrio adicional, concedido por medida cautelar.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Receita Bruta	259.035	302.062	(14,2%)
Receitas de pedágio	209.611	196.818	6,5%
Receitas de construção	49.088	104.924	(53,2%)
Outras receitas	336	320	5,0%
Deduções	(18.244)	(17.281)	5,6%
Receita Operacional Líquida	240.791	284.781	(15,4%)
Receita Operacional Líquida Ajustada ¹	191.703	179.857	6,6%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita bruta de pedágio totalizou R\$ 209,6 milhões no 1T26, representando um crescimento de 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pelo reajuste tarifário e pelo crescimento do tráfego.

Comentário do Desempenho



Receitas de Construção

As receitas de construção totalizaram R\$ 49,0 milhões no 1T26, diminuição de 53,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa linha não possui efeito caixa, sendo integralmente compensada pelo custo dos serviços de construção.

Outras Receitas

As outras receitas totalizaram R\$ 336 milhões no 1T26, aumento de 5,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido a reajustes contratuais.

CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(41.725)	(44.230)	(5,7%)
Pessoal	(15.076)	(14.060)	7,2%
Conservação	(8.109)	(8.944)	(9,3%)
Serviços de terceiros	(6.339)	(6.521)	(2,8%)
Seguros e garantias	(939)	(978)	(4,0%)
Verba de fiscalização	(6.299)	(5.914)	6,5%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscal	(1.013)	(1.510)	(32,9%)
Outros	(3.950)	(6.303)	(37,3%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(108.606)	(151.576)	(28,3%)
Custos de construção	(49.088)	(104.924)	(53,2%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(15.046)	(7.276)	106,8%
Depreciação e amortização	(44.472)	(39.376)	12,9%
Custos e Despesas Operacionais	(150.331)	(195.806)	(23,2%)

No 1T26, os custos e despesas operacionais da ViaPaulista totalizaram R\$ 150,3 milhões, uma redução de 23,2% em relação ao mesmo período no ano anterior, impulsionada principalmente pela redução dos custos dos serviços de construção — item contábil sem efeito caixa que se contrapõe à linha de Receita de Construção.

Ao desconsiderar os efeitos não caixa — como custo dos serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização — os custos e despesas operacionais com impacto caixa somaram R\$ 41,7 milhões no 1T26, redução de 5,7% em relação ao 1T25.

As variações refletem principalmente:

- Crescimento na linha de verba de fiscalização (+6,5%), impulsionado pelo maior tráfego na ViaPaulista;
- Crescimento nas despesas com pessoal, de 7,2% no comparativo trimestral. Aumento em função da aplicação de acordo coletivo e reajuste do plano de saúde;

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	35.692	31.351	13,8%
(+) IR e CSLL	17.246	15.926	8,3%
(+) Resultado financeiro	37.522	41.698	(10,0%)
(+) Depreciação e amortização	44.472	39.376	12,9%
EBITDA¹	134.932	128.351	5,1%
Margem EBITDA ²	70,4%	71,4%	(1,0 p.p.)
(+) Prov. para manutenção de rodovias	15.046	7.276	106,8%
EBITDA Ajustado³	149.978	135.627	10,6%
Margem EBITDA Ajustada	78,2%	75,4%	2,8 p.p.

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA ajustado da Companhia totalizou R\$ 149,9 milhões no 1T26, crescimento de 10,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem ajustada de 78,2% (+2,8 p.p.). O desempenho reflete o aumento da receita de pedágio, impulsionado pela combinação de maior tráfego e reajuste tarifário.

O EBITDA foi de R\$ 134,9 milhões no 1T26, alta de 5,1% frente ao 1T25, com margem de 70,4% (+1,0 p.p.). A variação positiva decorre do maior desempenho operacional, com destaque para o grupo de receitas.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Depreciação e Amortização	(44,472)	(39,376)	12.9%

A despesa com depreciação e amortização totalizou R\$ 44,4 milhões no 1T26, aumento de 12,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete a entrada de novos ativos operacionais e a atualização da base de ativos amortizáveis.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Resultado Financeiro	(37,522)	(41,698)	(10.0%)
Receitas financeiras	20,690	12,305	68.1%
Despesas financeiras	(58,212)	(54,003)	7.8%
Variação cambial, líq.	-	-	-

O resultado financeiro líquido foi de uma despesa financeira de R\$ 37,5 milhões no 1T26, redução de 10,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação decorre, principalmente, do crescimento das receitas financeiras, que totalizaram R\$ 20,6 milhões (+68,1%), impactadas pelo aumento dos saldos de caixa.

Comentário do Desempenho



IR e CSLL

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
IR e CSLL	(17,246)	(15,926)	8.3%
Corrente	(21,665)	(22,271)	(2.7%)
Diferido	4,419	6,345	(30.4%)

A despesa com IR e CSLL totalizaram R\$ 17,2 milhões no 1T26, alta de 8,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento é explicado pela redução do benefício de imposto diferido, que compensou a leve melhora no imposto corrente no trimestre comparável.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Resultado Líquido	35,692	31,351	13.8%

O lucro líquido da ViaPaulista foi de R\$ 35,6 milhões no 1T26, crescimento de 13,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pelo aumento da receita de pedágio e maior eficiência nos custos e despesas.

ENDIVIDAMENTO

R\$ mil	1T26	4T25	Δ%
Dívida Bruta	2.057.076	2.056.589	0,0%
Curto Prazo	166.554	164.138	1,5%
Longo Prazo	1.890.522	1.892.451	(0,1%)
Disponibilidades	606.848	609.106	(0,4%)
Caixa e equivalentes de caixa	241.304	254.241	(5,1%)
Aplicações financeiras vinculadas ¹	365.544	354.865	3,0%
Dívida Líquida	1.450.228	1.447.483	0,2%

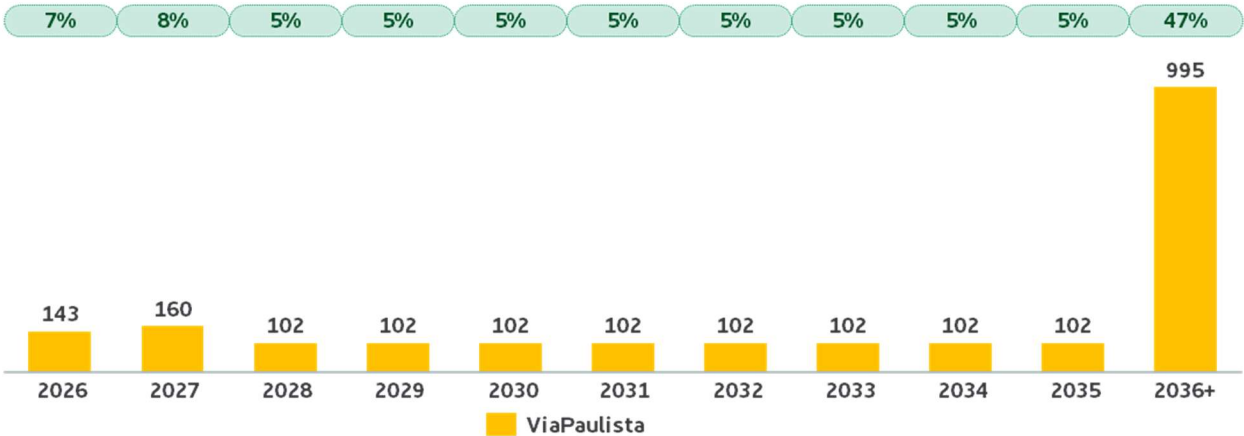
1: Curto e Longo Prazo

A dívida bruta da ViaPaulista no 1T26, foi de R\$ 2.057,1 milhões, em linha em relação ao 4T25. A dívida de curto prazo, aumentou em 1,5% e no longo prazo houve uma redução de 0,1% no período comparável. Com isso, a dívida líquida atingiu R\$ 1.450,2 milhões, alta de 0,2% em relação ao mesmo período no ano anterior. A posição de caixa apresentou redução de 0,4% no 1T26, totalizando R\$ 606,8 milhões.

Aging* da Dívida – março de 2026

*não considera os custos de transação

No 1T26, 94% da dívida total da Companhia estava atrelada ao contrato de financiamento junto ao BNDES, e 6% a 2ª Emissão de Debêntures.



INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	1T26	1T25	Δ%
Investimentos	83,700	99,244	(15.7%)

Os investimentos da ViaPaulista totalizaram R\$ 83,7 milhões no 1T26, redução de 15,7% em relação ao mesmo período no ano anterior. A variação decorre, principalmente, da execução das obras de duplicação nas rodovias SP-255 e SP-318 no 1T25, bem como no desenvolvimento dos serviços de manutenção do pavimento, com destaque para as SP-255 e SP-330.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2026 - 2047
Melhorias na infraestrutura	4.556.444
Recuperações/manutenções	1.756.223
Total	6.312.667

*Base Monetária: março/2026

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período de três meses findo em 31 de março de 2026, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. declara, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao no período de três meses findo em 31 de março de 2026.

Ribeirão Preto, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Ricardo Tozzi Gerab
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
**Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores**

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Giane Luza Zimmer Freitas
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Notas Explicativas

ViaPaulista S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes
ao período findo em 31 de março de 2026 e
relatório do auditor independente

VIAPAULISTA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.03.2026</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.03.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	68.270	72.770	Financiamentos	12	101.449	100.721
Aplicações financeiras	5	173.034	181.471	Debêntures	13	65.105	63.417
Contas a receber	6	56.892	52.055	Fornecedores	14	37.261	43.937
Contas a receber - partes relacionadas	16	1.691	1.577	Arrendamento mercantil a pagar	15	12.108	8.777
Impostos a recuperar		5.523	2.442	Obrigações sociais		14.763	12.718
Despesas antecipadas		2.734	3.071	Obrigações fiscais		12.974	14.492
Aplicações financeiras vinculadas	8	23.437	24.196	Imposto de renda e contribuição social a pagar		21.157	13.942
Outros créditos		263	277	Contas a pagar - partes relacionadas	16	13.927	15.387
Total do ativo circulante		331.844	337.859	Cauções contratuais	14	18.693	19.686
				Taxa de fiscalização		4.227	2.182
NÃO CIRCULANTE				Dividendos obrigatórios	16	56.524	56.524
Aplicações financeiras vinculadas	8	342.107	330.669	Provisão para manutenção em rodovias	18	209.769	196.275
Despesas antecipadas		782	925	Juros sobre o capital próprio	16	25.853	25.853
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	163.053	158.634	Outras contas a pagar		772	19.338
Depósitos judiciais	18	43	43	Total do passivo circulante		594.582	593.249
Outras contas a receber	6	-	3				
Total do ativo realizável a longo prazo		505.985	490.274	NÃO CIRCULANTE			
				Financiamentos	12	1.833.449	1.836.652
Direito de uso	9	57.796	34.935	Debêntures	13	57.073	55.799
Imobilizado	10	3.895	4.045	Arrendamento mercantil a pagar	15	50.000	29.834
Intangível	11	3.447.650	3.401.672	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	1.650	1.541
Infraestrutura em construção	11	354.973	371.684	Provisão para manutenção em rodovias	18	144.303	150.467
				Provisão para investimentos em rodovias	18	223.990	211.523
Total do ativo não circulante		4.370.299	4.302.610	Total do passivo não circulante		2.310.465	2.285.816
						2.905.047	2.879.065
				TOTAL DO PASSIVO			
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	20	1.441.386	1.441.386
				Reserva de lucros		320.018	320.018
				Resultado do período		35.692	
				Total do patrimônio líquido		1.797.096	1.761.404
TOTAL DO ATIVO		4.702.143	4.640.469	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.702.143	4.640.469

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

VIAPAULISTA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.03.2026	31.03.2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	240.791	284.781
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21	(141.982)	(187.080)
LUCRO BRUTO		98.809	97.701
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	21	(8.815)	(9.054)
Provisão para perdas esperadas	21	-	(21)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		466	349
		(8.349)	(8.726)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		90.460	88.975
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	20.690	12.305
Despesas financeiras	22	(58.212)	(54.003)
		(37.522)	(41.698)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		52.938	47.277
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	7	(21.665)	(22.271)
Diferidos	7	4.419	6.345
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		35.692	31.351
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	24	0,0240	0,0211

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

VIAPAULISTA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	31.03.2026	31.03.2025
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	35.692	31.351
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>35.692</u>	<u>31.351</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

VIAPAULISTA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital Social Integralizado	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucro	Total		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		1.441.386	12.857	183.216	196.073	-	1.637.459
Lucro líquido do período		-	-	-	-	31.351	31.351
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025		<u>1.441.386</u>	<u>12.857</u>	<u>183.216</u>	<u>196.073</u>	<u>31.351</u>	<u>1.668.810</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		1.441.386	20.985	299.033	320.018	-	1.761.404
Lucro líquido do período		-	-	-	-	35.692	35.692
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026		<u>1.441.386</u>	<u>20.985</u>	<u>299.033</u>	<u>320.018</u>	<u>35.692</u>	<u>1.797.096</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

VIAPAULISTA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.03.2026	31.03.2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		35.692	31.351
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		44.472	39.376
Provisão para perdas esperadas	21	-	21
Baixa de ativos permanentes		-	154
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(4.419)	(6.345)
Rendimentos com aplicações financeiras	22	(20.667)	(9.421)
Juros e variações monetárias de financiamentos		41.980	35.664
Juros e variações monetárias de debêntures		2.683	5.205
Despesas financeira dos ajustes a valor presente	22	11.447	11.231
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	1.013	1.510
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	15	26
Constituição de provisão para manutenção	18	15.046	7.276
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(4.837)	(5.720)
Contas a receber - partes relacionadas		(114)	(399)
Despesas antecipadas		480	671
Impostos a recuperar		2.606	2.895
Outros créditos		14	(149)
Outras contas a receber		3	(28)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		11.500	(879)
Fornecedores - partes relacionadas		(1.850)	(2.754)
Cauções contratuais de fornecedores		(47)	2
Obrigações sociais		2.045	2.609
Obrigações fiscais		19.093	21.250
Utilização provisão de manutenção	18	(13.966)	(1.717)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	18	(919)	(304)
Taxa de Fiscalização		2.045	60
Custo de transação - empréstimo		303	608
Outras contas a pagar		(18.566)	(5.381)
Caixa proveniente das operações		125.052	126.812
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13.225)	(17.800)
Pagamento de juros	12	(30.342)	(23.666)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		81.485	85.346
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	23	-	(16)
Aquisições de itens do intangível	23	(70.267)	(98.936)
Aplicação financeira vinculada		(65.491)	(44.854)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		61.099	53.009
Aplicação financeira		17.130	2.331
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(57.529)	(88.466)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Pagamento arrendamento mercantil	15	(3.919)	(4.072)
Pagamento empréstimos - principal	12	(24.537)	(19.100)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(28.456)	(23.172)
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(4.500)	(26.292)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		72.770	100.068
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO		68.270	73.776

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

VIAPAULISTA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.03.2026	31.03.2025
RECEITAS			
Receita de serviços prestados	20	209.611	196.818
Receita de serviços de construção	20	49.088	104.924
Outras receitas		802	728
Juros capitalizados	22	10.400	11.785
		<u>269.901</u>	<u>314.255</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(12.404)	(13.347)
Custo dos serviços de construção	21	(49.088)	(104.924)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.499)	(7.888)
Custo da concessão		(7.234)	(6.885)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	21	(15.046)	(7.276)
Outros		(1.700)	(2.383)
		<u>(90.971)</u>	<u>(142.703)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>178.930</u>	<u>171.552</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		<u>(44.472)</u>	<u>(39.376)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		<u>134.458</u>	<u>132.176</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	22	20.690	12.305
		<u>20.690</u>	<u>12.305</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>155.148</u>	<u>144.481</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		11.271	10.531
Benefícios		3.177	2.916
FGTS		629	612
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		25.216	23.253
Estaduais		5	17
Municipais		10.468	9.845
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		44.663	40.869
Juros capitalizados BNDES		10.010	11.370
Juros capitalizados debêntures		390	415
Aluguéis		391	310
Outras		13.236	12.992
Remuneração de capitais próprios:			
Lucros retidos		35.692	31.351
		<u>155.148</u>	<u>144.481</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

VIAPAULISTA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE MARÇO DE 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ViaPaulista S.A. (“Sociedade” ou “ViaPaulista”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 22 de junho de 2017, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A..

A Sociedade iniciou suas operações em 22 de novembro de 2017, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP nº 0359-ARTESP - 2017, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 62.333 de 21 de dezembro de 2017, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos, a exploração do sistema Rodoviário referente ao Lote denominado Rodovias dos Calçados (Itaporanga – Franca) compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação, apoio na execução dos serviços não delegados considerados os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a Sociedade.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

Em 21 de novembro de 2025, a coligada Intervias adquiriu 20% de participação da ViaPaulista S.A..

2. CONCESSÃO

O contrato de concessão e exploração da rodovia é constituído pelo sistema rodoviário mencionado na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica de “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e 18, respectivamente.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de cada praça de pedágio são definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica base definida para o mês de março de 2016, cujos valores foram considerados na elaboração do estudo de viabilidade financeira. As tarifas são reajustadas anualmente no mês de novembro, com base na variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão conforme descritos a seguir:

- Duplicação de 275 km de rodovias;
- Implantação de 14,5 km de terceira faixa;
- Pavimentação de 14 km de acessos em terra;
- Implantação de 65,9 km de ciclovias;
- Implantação de 47,2 km de acostamentos;
- Construção de 47 dispositivos de retorno;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 11 praças de pedágio;
- Construção de 17 SAU's;
- Construção de 2 áreas de descanso de caminhoneiros;
- Construção de 2 paradas de cargas especiais;
- Implantação de 2 postos gerais de fiscalização;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Notas Explicativas

Em outubro de 2017 a Sociedade pagou ao Poder Concedente, quando da assinatura do contrato, o valor de R\$1.277.229, sendo R\$237.326 referente a primeira parcela da outorga e R\$1.039.903 referente ao ágio ofertado.

De acordo com o item 8.1, do anexo XVIII, do Contrato de Concessão, a ViaPaulista tem a garantia da transferência do trecho remanescente da Autovias para esta em até 18 meses da data da assinatura do termo de transferência inicial que se deu em 22 de novembro de 2017. Com isso, a agência teria o prazo até 21 de maio de 2019 para entrega total do trecho remanescente para a ViaPaulista. Contudo, face aos diversos Termos Aditivos Modificativos expedidos à favor da Autovias conforme citado, o trecho foi entregue à ViaPaulista em 04 de julho de 2019 e o período de 22 de maio a 03 de julho de 2019 (pós vencimento 18 meses de garantia dada pela Agência para entrega do trecho remanescente da Autovias) será reequilibrado conforme disposto no item 8.3 do citado anexo.

Em 04 de julho de 2019, foi assinado o Termo de Transferência do Sistema Remanescente, conforme descrito nos anexos 2 e 18 do Contrato de Concessão Rodoviária nº 0359/ARTESP/2017, em que o sistema rodoviário atualmente sob gestão da Concessionária Autovias S.A, composto pela Rodovia SP 255 do km 2+800 ao 83+200; Rodovia SP 318 km 235+400 ao 280; Rodovia SP 330 km 240+500 ao 318+500; Rodovia SP 334 km 318 ao 406; Rodovia SP 345 km 10+500 ao 36+000 foi transferido ao controle da ViaPaulista S.A. em conformidade com os autos do Processo Administrativo ARTESP nº 026.533/2018. Nesta data foi adicionado ao sistema rodoviário mais 5 praças de pedágio referente ao sistema remanescente.

Em 08 de novembro de 2024, a ARTESP publicou no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE-SP o reconhecimento da ocorrência de desequilíbrio do contrato de concessão pelo atraso de 43 dias na transferência do Sistema Remanescente, referente ao Lote 10 – Autovias, Contrato de Concessão nº 009/CR/1998. O desequilíbrio econômico-financeiro reconhecido resultou em crédito a favor da Sociedade no montante de R\$13.112, em Valor Presente Líquido (VPL), na base março de 2016, considerando a TIR contratual estabelecida de 8,2396%, conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP. A liquidação do desequilíbrio será por meio da redução da outorga variável de 3% para 0%, a partir do mês de novembro de 2024. Dessa forma, a Sociedade deixará de pagar o ônus variável até que o valor total do desequilíbrio aprovado pela ARTESP seja compensado. A forma e início da liquidação foi autorizada por medida cautelar expedida pela Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI através de ofício nº 00494484418/2024 de 11 de dezembro de 2024. Essa medida cautelar permanecerá em vigor enquanto não houver decisão sobre o correspondente reequilíbrio definitivo.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

O preço devido pela Sociedade ao Poder Concedente em razão do direito de exploração do sistema rodoviário é composto pela outorga fixa e outorga variável, conforme nota explicativa nº 18.

Pela execução da fiscalização da concessão, a ARTESP fará jus ao recebimento de um valor mensal, pago pela Sociedade, equivalente a 3% (três por cento) sobre a totalidade da receita bruta percebidas pela Sociedade no mês imediatamente anterior ao pagamento.

O valor anual pago a título de verba de fiscalização, no período findo de 31 de março de 2026 foi de R\$6.220 (R\$5.914 em 31 de março de 2025).

A Sociedade estima em 31 de março de 2026, o montante de R\$4.556.444 (R\$4.509.458 em 31 de dezembro de 2025) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$1.756.223 (R\$1.793.725 em 31 de dezembro de 2025) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas com base em laudo elaborado por peritos independentes.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias a manter o nível de serviço adequado durante o prazo da concessão, deverá devolver o sistema rodoviário em bom estado de conservação e operação, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos, a partir

Notas Explicativas

do dia seguinte à extinção da concessão, das estruturas em geral, do pavimento e obras de arte especiais. Neste período não deverá ocorrer necessidade de serviços de recuperação e/ou reforços nas obras de arte especiais e pavimento.

Todo o sistema rodoviário deve ser devolvido e/ou transferido, em perfeita adequação com as normas, instruções de projeto, portarias e padrões da ARTESP, DER/SP, DNIT, ABNT (nesta ordem) que estejam vigentes à época da extinção da concessão e, subsidiariamente com as normas internacionais correlatas para sistemas rodoviários de características similares.

No período de 1 de janeiro de 2026 a 31 de março de 2026, não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2026 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*, observando os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A elaboração segue, também, às disposições da Lei das Sociedades por Ações e às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 13 de maio de 2026.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Notas Explicativas

Com base nas análises realizadas até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes nas operações, na posição financeira ou no desempenho econômico da Sociedade.

Dessa forma, não houve necessidade de reconhecimento ou ajuste nos valores contábeis dos ativos e passivos, tampouco impactos nas estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração na elaboração das informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2026.

A Sociedade continuará monitorando a evolução do tema e eventuais mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações.

4.2 Novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, quais foram avaliadas pela Sociedade, e concluiu que essas alterações não tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

(a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;

(b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;

(c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e

(d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'.

Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Sociedade está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Sociedade. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Notas Explicativas

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Sociedade desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

A Sociedade não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação.

Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:

Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou

- Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao *feedback* de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Notas Explicativas

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras a Sociedade.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e contas bancárias	953	1.927
Aplicações financeiras (a)	67.317	70.843
Total	68.270	72.770

Aplicações financeiras	31.03.2026	31.12.2025
Fundos de investimentos (b)	173.034	181.471
Total	173.034	181.471

(a) Os recursos aplicados em fundos de investimentos CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; e apresentam remuneração equivalente, em média, a 102,45% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,53% a.a. em 31 de dezembro de 2025). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender às necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados operações compromissadas, NTN-B, DPGE, NTN-Over, LTN-Over e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. Esses instrumentos, são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e apresentam remuneração equivalente, em média, a 102,45% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,53% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31.03.2026		31.12.2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	55.939	-	50.873	-
Cartões de pedágio a receber (a)	31	-	215	-
Receitas acessórias a receber (b)	941	-	986	3
Outras receitas a receber	5	-	5	-
Provisão para perdas esperadas (c)	(24)	-	(24)	-
Total	56.892	-	52.055	3

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito.

(b) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica e oleodutos.

(c) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Cronograma de recebimento:

Notas Explicativas

	31.03.2026		31.12.2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	56.892	-	52.055	3
Créditos vencidos há mais de 180 dias	24	-	24	-
	56.916	-	52.079	3

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente aos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 é como segue:

	31.03.2026	31.03.2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	52.938	47.277
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(17.999)	(16.074)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes (*)	753	148
Total	(17.246)	(15.926)
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>		
Correntes	(21.665)	(22.271)
Diferido	4.419	6.345
	(17.246)	(15.926)
Alíquota efetiva de impostos	(33%)	(34%)

(*) As diferenças permanentes são compostas principalmente pelos incentivos fiscais para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) previstos na Lei nº 11.196/2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.798/2006 e demais normativos do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações). Os dispêndios elegíveis são controlados por projeto, e o benefício é reconhecido por meio da dedução adicional na base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.03.2026	31.12.2025
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Provisão de participação nos lucros	5.618	4.504
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	1.650	1.541
Outras provisões	2.799	3.933
Provisão para manutenção de rodovias	354.072	346.742
Amortização acumulada de obras futuras	26.490	25.107
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	68.320	65.014
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	10.919	11.045
Arrendamentos	4.311	3.676
Provisão para perdas esperadas	24	24
Tributos - exigibilidade suspensa	5.364	4.985
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	479.567	466.571
Alíquota nominal	34%	34%
Total	163.053	158.634
Total do imposto de renda e contribuição social	163.053	158.634

Notas Explicativas

Movimentos de resultado estão representados por:

	31.03.2026	31.03.2025
Provisão de participação nos lucros	1.114	1.137
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	109	1.232
Outras provisões	(1.134)	30
Provisão para manutenção de rodovias	7.330	12.208
Amortização acumulada de obras futuras	1.383	1.448
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.306	3.323
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(126)	(127)
Arrendamentos	635	(611)
Provisão para perdas esperadas	-	21
Tributos - exigibilidade suspensa	379	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	12.996	18.661
Alíquota nominal	34%	34%
Total	4.419	6.345
Total do imposto de renda e contribuição social	4.419	6.345

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

Impostos diferidos	Ativo não circulante
2026	21.611
2027	25.001
2028	25.026
2029	25.026
Após 2029	66.389
	163.053

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade manterá aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

As receitas auferidas pela Sociedade, deverão ser vertidas para conta bancária centralizadora e seguir as destinações previstas no Contrato de Administração de Contas, respeitando os percentuais e prazos lá estipulados.

Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva.

A Sociedade deve manter depositada em conta pagamentos de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente para o pagamento da próxima parcela vincenda; na conta reserva, deverão ser mantidas parcelas vincendas nos 03 (três) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos) ou até que seja medido o ICSD pela primeira vez; ou parcelas vincendas nos 04 (quatro) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja menor do que 1,3 (um inteiro e três décimos) e igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos); ou parcelas vincendas nos 05 (cinco) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja menor do que 1,2 (um inteiro e dois décimos) e igual ou superior a 1,1 (um inteiro e um décimo).

Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

Assim que o montante esteja disponível na conta livre, deverá ser transferido para a conta Conserva Especial, o montante referente ao que for maior entre o valor equivalente a (i) 75% (setenta e cinco por cento) da Provisão

Notas Explicativas

para Conservação Especial ou Manutenção; ou (ii) a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores indicados para cada ano na tabela que consta no contrato de financiamento com o BNDES, corrigidos pelo IPCA.

Em 31 de março de 2026, o saldo é de R\$23.437 no ativo circulante e R\$342.107 no ativo não circulante (R\$24.196 e R\$330.669, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 99,72% a.a. e (98,60% a.a. em 31 de dezembro de 2025) da variação do CDI.

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Total
Custo direito de uso						
Saldo em 31.12.2025	19.316	9.386	1.014	41.624	46	71.386
Remensurações	774	-	(392)	27.332	-	27.714
Transferências/reclassificações	-	-	58	(58)	-	-
Baixas	(20.090)	-	-	-	-	(20.090)
Saldo em 31.03.2026	-	9.386	680	68.898	46	79.010
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2025	(18.887)	(937)	(377)	(16.209)	(41)	(36.451)
Amortização	(1.203)	(367)	(84)	(3.197)	(2)	(4.853)
Baixas	20.090	-	-	-	-	20.090
Saldo em 31.03.2026	-	(1.304)	(461)	(19.406)	(43)	(21.214)
Direito de uso líquido						
Saldo em 31.12.2025	429	8.449	637	25.415	5	34.935
Saldo em 31.03.2026	-	8.082	219	49.492	3	57.796
Taxas de amortização - a.a.	0%	16%	38%	28%	17%	

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Total
Custo direito de uso						
Saldo em 31.12.2024	17.976	5.471	1.291	60.873	46	85.657
Remensurações	162	43	(103)	6.977	-	7.079
Adições	-	-	1.016	1.555	-	2.571
Baixas	-	-	(1.819)	(1.751)	-	(3.570)
Saldo em 31.03.2025	18.138	5.514	385	67.654	46	91.737
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2024	(14.682)	(5.134)	(1.249)	(22.130)	(33)	(43.228)
Amortização	(1.024)	(284)	(102)	(3.729)	(2)	(5.141)
Baixas	-	-	1.819	1.751	-	3.570
Saldo em 31.03.2025	(15.706)	(5.418)	468	(24.108)	(35)	(44.799)
Direito de uso líquido						
Saldo em 31.12.2024	3.294	337	42	38.743	13	42.429
Saldo em 31.03.2025	2.432	96	853	43.546	11	46.938
Taxas de amortização - a.a.	23%	21%	19%	21%	17%	

(a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia.

(b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.

(c) Refere-se à locação de veículos administrativos.

(d) Refere-se à locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.

(e) Refere-se à locação de computadores e impressoras.

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2025	71	3.725	520	862	787	5.965
Saldo em 31.03.2026	71	3.725	520	862	787	5.965
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2025	(19)	(1.373)	(291)	(77)	(160)	(1.920)
Depreciação	(2)	(100)	(29)	(9)	(10)	(150)
Saldo em 31.03.2026	(21)	(1.473)	(320)	(86)	(170)	(2.070)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2025	52	2.352	229	785	627	4.045
Saldo em 31.03.2026	50	2.252	200	776	617	3.895
Taxas de depreciação - a.a.	9%	14%	28%	4%	9%	
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2024	53	3.621	758	862	787	6.081
Adições	-	-	16	-	-	16
Alienações/baixas	-	-	(254)	-	-	(254)
Saldo em 31.03.2025	53	3.621	520	862	787	5.843
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(13)	(1.007)	(277)	(41)	(120)	(1.458)
Depreciação	(1)	(102)	(28)	(9)	(10)	(150)
Alienações/baixas	-	-	100	-	-	100
Saldo em 31.03.2025	(14)	(1.109)	(205)	(50)	(130)	(1.508)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	40	2.614	481	821	667	4.623
Saldo em 31.03.2025	39	2.512	315	812	657	4.335
Taxas de depreciação - a.a.	8%	13%	29%	4%	9%	

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	<i>Software</i>	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2025	2.566.314	1.501.574	9.863	4.077.751	371.684	4.449.435
Adições	40.967	-	-	40.967	27.437	68.404
Transferências/reclassificações (d)	44.353	-	-	44.353	(44.353)	-
Outros (e)	40	-	87	127	205	332
Saldo em 31.03.2026	<u>2.651.674</u>	<u>1.501.574</u>	<u>9.950</u>	<u>4.163.198</u>	<u>354.973</u>	<u>4.518.171</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2025	(326.459)	(346.440)	(3.180)	(676.079)	-	(676.079)
Amortização	(26.112)	(13.176)	(181)	(39.469)	-	(39.469)
Saldo em 31.03.2026	<u>(352.571)</u>	<u>(359.616)</u>	<u>(3.361)</u>	<u>(715.548)</u>	<u>-</u>	<u>(715.548)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2025	2.239.855	1.155.134	6.683	3.401.672	371.684	3.773.356
Saldo em 31.03.2026	2.299.103	1.141.958	6.589	3.447.650	354.973	3.802.623
Taxas de amortização - a.a. (f)	8%	4%	51%			

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	<i>Software</i>	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2024	2.103.798	1.501.574	5.872	3.611.244	352.051	3.963.295
Adições	38.222	-	-	38.222	80.540	118.762
Transferências/reclassificações (d)	15.310	-	-	15.310	(15.310)	-
Saldo em 31.03.2025	2.157.330	1.501.574	5.872	3.664.776	417.281	4.082.057
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(236.724)	(293.735)	(2.276)	(532.735)	-	(532.735)
Amortização	(20.602)	(13.176)	(307)	(34.085)	-	(34.085)
Saldo em 31.03.2025	(257.326)	(306.911)	(2.583)	(566.820)	-	(566.820)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.867.074	1.207.839	3.596	3.078.509	352.051	3.430.560
Saldo em 31.03.2025	1.900.004	1.194.663	3.289	3.097.956	417.281	3.515.237
Taxas de amortização - a.a. (f)	4%	4%	37%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente no reconhecimento inicial. Vide nota explicativa nº 18.

(c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.

(d) Saldo referente a reclassificação de intangível para imobilizado.

(e) Transferência de ativo desenvolvido pela *holding* para a operação da Sociedade.

(f) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No período findo em 31 de março de 2026, a Sociedade complementou, o montante de R\$10.400 (R\$11.785 em 31 de março de 2025) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de financiamentos e debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2026, foi de 1,99% a.a. (em 2025 2,71% a.a.), do total de juros provisionados no período.

Notas Explicativas

Teste de recuperabilidade de ativos (*impairment*)

A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de *impairment* da Sociedade e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das demonstrações contábeis de 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de *impairment*.

12. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos, negociados em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Modalidades	Taxas de juros efetivas	Vencimentos	Garantias	31.03.2026	31.12.2025
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+ 6,42% a.a.	set-45	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	1.989.042	1.991.931
				1.989.042	1.991.931
			Custo de transação	(54.144)	(54.558)
			Total Geral	1.934.898	1.937.373
			Circulante	101.449	100.721
			Não circulante	1.833.449	1.836.652
			Total	1.934.898	1.937.373

Os saldos e movimentações dos financiamentos estão representados por:

Moeda nacional	31.03.2026			31.03.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	103.488	1.888.443	1.991.931	79.393	1.488.909	1.568.302
Juros e variações monetárias provisionados	31.083	20.907	51.990	24.805	22.229	47.034
Amortização de principal	(24.537)	-	(24.537)	(19.100)	-	(19.100)
Pagamento de juros	(30.342)	-	(30.342)	(23.666)	-	(23.666)
Transferência	24.538	(24.538)	-	18.968	(18.968)	-
	104.230	1.884.812	1.989.042	80.400	1.492.170	1.572.570
Custo de transação	(2.781)	(51.363)	(54.144)	(2.161)	(42.079)	(44.240)
Saldo final	101.449	1.833.449	1.934.898	78.239	1.450.091	1.528.330

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é substancialmente próximo aos seus respectivos valores contábeis. Os valores contábeis são uma estimativa adequada do valor justo, uma vez que esses instrumentos financeiros possuem características específicas e condições particulares de financiamento, não havendo diferença relevante entre o custo amortizado e o valor justo calculado com base em taxas de mercado observáveis para instrumentos de prazo e risco similares.

Em 31 de março de 2026, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante relativas aos empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2027	76.411
2028	101.882
2029	101.882
2030	101.882
Após 2030	1.502.755
Total	1.884.812

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - Financiamento BNDES

Conforme previsto no contrato de financiamento firmado pela Sociedade o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a beneficiária está sujeita ao cumprimento de determinadas obrigações financeiras e operacionais que condicionam, entre outros aspectos, a distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre capital próprio. Entre os indicadores financeiros de observância obrigatória, destacam-se:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD): deve ser mantido em patamar igual ou superior a 1,3,

Notas Explicativas

calculado com base nas demonstrações financeiras revisadas dos últimos quatro (4) períodos trimestrais, conforme a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade (GC)}}{\text{Serviço da Dívida (SD)}}$$

Onde:

- (i) Geração de Caixa (GC) = *EBITDA* Ajustado – Imposto de Renda pago – Contribuição Social paga;
 - (ii) Serviço da Dívida (SD) = Amortização de principal + Pagamento de juros;
 - (iii) *EBITDA* Ajustado = Lucro Operacional antes do resultado financeiro, ajustado para exclusão dos efeitos de depreciação e amortização, da receita e custo de construção e da Provisão de Conservação Especial e Manutenção.
- Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (PL/AT): deve ser mantido em patamar igual ou superior a 20%, calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas do último exercício ou nas trimestrais revisadas por auditoria independente, conforme aplicável.

O contrato prevê outras condições financeiras e operacionais, cujos termos não são detalhados por não serem de caráter público.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas informações contábeis intermediárias a ser apresentado em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 pois não há passivos financeiros conversíveis em ações.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de seus financiamentos em 31 de março de 2026 e 2025.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxa contratual	Vencimento	31.03.2026	31.12.2025
2ª emissão - série única	400.000	IPCA + 3,94% a.a.	jun-27	125.209	122.136
				125.209	122.136
			Custo de transação	(3.031)	(2.920)
			Total geral	122.178	119.216
			Circulante	65.105	63.417
			Não circulante	57.073	55.799
			Total	122.178	119.216

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	31.03.2026			31.03.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	65.424	56.712	122.136	73.650	116.829	190.479
Juros e variações monetárias provisionados	1.169	1.904	3.073	1.832	3.788	5.620
Transferências	1.019	(1.019)	-	2.036	(2.036)	-
	67.612	57.597	125.209	77.518	118.581	196.099
Custo de transação	(2.507)	(524)	(3.031)	(1.885)	(2.277)	(4.162)
Saldo final	65.105	57.073	122.178	75.633	116.304	191.937

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
2ª emissão - série única	15.06.2019	400.000	1.000	18.06.2019	400.000
		400.000			400.000

Em 31 de março de 2026, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2027	57.597
Total	57.597

Garantias

A 2ª emissão de debêntures da Sociedade possui Garantias Reais (Cessão Fiduciária de Recebíveis e Alienação Fiduciária de Ações) além de fiança/aval de sua Controladora Arteris S.A.

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 2ª emissão de debêntures

Em conformidade com a escritura de emissão de debêntures da ViaPaulista, e considerando a Arteris S.A. como sua fiadora, a Emissora e a Fiadora comprometem-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas:

Índices da Emissora (ViaPaulista) - Índice de Distribuição

O ICSD e o PL/AT são utilizados como requisito para que a ViaPaulista possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades.

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

A ViaPaulista deve manter ICSD igual ou superior a 1,30, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade (GC)}}{\text{Serviço da Dívida (SD)}}$$

- Geração de Caixa (GC) = EBITDA Ajustado – Imposto de Renda pago – Contribuição Social paga;
- Serviço da Dívida (SD) = Amortização de principal + Pagamento de juros;
- EBITDA Ajustado = Lucro Operacional antes do resultado financeiro, ajustado para exclusão dos efeitos de depreciação e amortização, da receita e custo de construção e da Provisão de Conservação Especial e Manutenção.

(b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (PL/AT)

A ViaPaulista deve manter PL/AT igual ou superior a 20%, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$PL/AT = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

Índices da Fiadora (Arteris S.A.) - Covenants de Manutenção

Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, devendo ser observado pela Fiadora em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

(a) Índice de Alavancagem (Dívida Líquida Consolidada / (EBITDA Ajustado Consolidado - Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado))

Deve ser mantido igual ou inferior a 4,50, apurado ao final de cada trimestre:

$$\frac{\text{Dívida Líquida Consolidada}}{\text{EBITDA Ajustado Consolidado} - \text{Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado}} \leq 4,50$$

(b) Índice de Despesa Financeira

Notas Explicativas

A Fiadora deve manter, em caráter contínuo, o seguinte índice igual ou superior a 1,30, conforme fórmula contratual:

$$\frac{\text{EBITDA Ajustado Consolidado} - \text{Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado}}{\text{Despesas Financeiras}} \geq 1,30$$

Para fins contratuais:

- Dívida Líquida Consolidada corresponde à soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos, conforme aplicável, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, conforme aplicável, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo consolidado da Emissora, conforme aplicável, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, conforme aplicável, considerar-se-ão como dívida.
- *EBITDA* Ajustado Consolidado corresponde ao lucro (prejuízo) líquido consolidado da Emissora antes do imposto sobre a renda e da contribuição social, adicionando-se (a) despesas não operacionais; (b) despesas financeiras; (c) despesas com Provisão Para Desvalorização de Ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (d) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. Caso a Emissora realize a aquisição, incorporação ou obtenha o direito de explorar quaisquer novos ativos, fica certo de que, para fins do cálculo do Índice Financeiro, o *EBITDA* ajustado dos últimos 12 (doze) meses do novo ativo adquirido será somado ao *EBITDA* Ajustado Consolidado.
- Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado corresponde à soma dos pagamentos realizados ao poder concedente nos últimos doze (12) meses referentes ao direito de outorga fixo, conforme indicado nas demonstrações financeiras consolidadas, deduzidos dos pagamentos relacionados a leilões de novas licitações ou processos de concessão.
- Despesas Financeiras: correspondem ao conjunto das despesas financeiras consolidadas da Fiadora, conforme indicado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impactos a serem reconhecidos nas informações contábeis intermediárias referentes aos períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2026, o saldo registrado no passivo circulante, no montante de R\$37.261 (R\$43.937 em 31 de dezembro de 2025) refere-se obrigações com fornecedores e prestadores de serviços, relacionados principalmente a valores devidos por serviços, materiais e equipamentos utilizados em obras de melhorias, manutenção e conservação.

O saldo de R\$18.693 (R\$19.686 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços, registrados conforme as condições estabelecidas nos contratos, que preveem retenções entre 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados, dependendo do acordo em cada contrato.

Esses saldos estão predominantemente vinculados à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e com a execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.03.2026			31.03.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	8.777	29.834	38.611	14.194	30.921	45.115
Remensurações	4.816	22.898	27.714	1.649	5.430	7.079
Adições	-	-	-	1.607	964	2.571
Utilizações (*)	(6.108)	-	(6.108)	(7.011)	-	(7.011)
Ajuste a valor presente - AVP	1.891	-	1.891	1.259	-	1.259
Transferências	2.732	(2.732)	-	2.318	(2.318)	-
	12.108	50.000	62.108	14.016	34.997	49.013

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2026, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$3.919 (R\$4.072 em 31 de março de 2025).

Em 31 de março de 2026, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2027	11.418
2028	11.711
2029	10.607
2030	10.712
Após 2030	5.552
	50.000

O potencial PIS/COFINS (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 31 de março de 2026 são respectivamente R\$101 e R\$464 para PIS e COFINS (R\$116 e R\$533, respectivamente, em 31 de março de 2025).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 31 de março de 2026 a taxa média é de 12,51% a.a. (10,85% a.a. em 31 de março de 2025). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a serviços de controle de qualidade, direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária e rateios de despesas administrativas.

Os saldos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e as transações realizadas no resultado em 31 de março de 2026 e 2025, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A.- controladora (a)	6	-
Autovias S.A. (a)	459	433
Centrovias S.A. (a)	382	361
Intervias S.A. (a)	101	65
Vianorte S.A. (a)	306	289
Régis Bittencourt S.A. (a)	429	429
Litoral Sul S.A. (a)	8	-
Contas a receber de partes relacionadas circulante	1.691	1.577
Total parte relacionada no ativo circulante	1.691	1.577
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	13.927	15.387
Passivos com partes relacionadas circulante	13.927	15.387

Notas Explicativas

Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora (b)	23.917	23.917
Intervias S.A. (b)	1.936	1.936
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	25.853	25.853
Dividendos a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	51.080	51.080
Intervias S.A. (c)	5.444	5.444
Total dos dividendos a pagar	56.524	56.524
Total do passivo circulante	96.304	97.764
<u>Contas de Resultados:</u>	31.03.2026	31.03.2025
<u>Despesas gerais:</u>		
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(5.893)	(5.858)
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Autovias S.A.	25	29
Centrovias S.A.	21	24
Intervias S.A.	126	304
Vianorte S.A.	17	20
Fernão dias S.A.	(15)	(17)
Litoral Sul S.A.	8	-
Total	(5.711)	(5.498)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa nº 20.

(c) Saldo a pagar de dividendos conforme nota explicativa nº 20.

No decorrer do período findo de 31 de março de 2026, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.698 (R\$1.632 em 31 de março de 2025), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$452 (R\$434 em 31 de março de 2025) relativos à diretoria da Sociedade e R\$1.246 (R\$1.198 em 31 de março de 2025) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual em até R\$1.950 sem encargos para o exercício de 2026 (R\$1.861 para o exercício de 2025).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$5.618 e R\$4.504.

Notas Explicativas

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, *EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

(a) Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante o período findo em 31 de março de 2026 e 2025 é conforme segue:

	31.12.2025	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2026
Cíveis	145	1.092	(437)	(508)	2	294
Trabalhistas	353	1.559	(1.201)	(411)	3	303
Regulatórios	1.043	10	(10)	-	10	1.053
Total	1.541	2.661	(1.648)	(919)	15	1.650

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2025
Cíveis	168	250	(52)	(163)	3	206
Trabalhistas	198	1.376	(76)	(129)	4	1.373
Regulatórios	1.028	41	(29)	(12)	19	1.047
Total	1.394	1.667	(157)	(304)	26	2.626

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31.03.2026	31.12.2025
Cíveis	3.346	3.215
Trabalhistas	940	1.092
Regulatórios	12.001	11.840
Total	16.287	16.147

(b) Provisão para manutenção

A provisão de manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,49% a.a. no período findo em 31 de março de 2026, (7,23% a.a. em 31 de dezembro de 2025) considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 5 anos.

(c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 é conforme segue:

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2025	-	196.275	211.523	150.467	211.523	346.742
Adições/Reversões	-	(496)	9.161	15.542	9.161	15.046
Utilizações	-	(13.966)	-	-	-	(13.966)
Ajuste a valor presente	-	3.672	3.306	2.578	3.306	6.250
Transferências	-	24.284	-	(24.284)	-	-
Saldo em 31.03.2026	-	209.769	223.990	144.303	223.990	354.072

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	-	84.511	212.633	256.077	212.633	340.588
Adições/Reversões	-	(9.191)	2.054	16.467	2.054	7.276
Utilizações	-	(1.717)	-	-	-	(1.717)
Ajuste a valor presente	-	2.103	3.323	4.546	3.323	6.649
Transferências	358	46.107	(358)	(46.107)	-	-
Saldo em 31.03.2025	358	121.813	217.652	230.983	218.010	352.796

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2026 referentes às manutenções realizadas foram de R\$13.433 (R\$292 em 31 de março de 2025).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social subscrito em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$1.441.386, composto por 1.489.050.740 ações ordinárias sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$1.441.386

Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal

A Sociedade segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido do exercício, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

Reserva e Retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. Conforme mencionado o valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 25% do lucro líquido do exercício ou 25% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre o capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	31.03.2026	31.03.2025
Receita de serviços prestados	209.611	196.818
Receita de serviços de construção	49.088	104.924
Outras receitas	336	320
Receita bruta	259.035	302.062
ISSQN	(10.405)	(9.772)
PIS	(1.363)	(1.279)
COFINS	(6.293)	(5.905)
Outras deduções	(183)	(325)
Receita líquida	240.791	284.781

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.03.2026	31.03.2025
Custos:		
Com pessoal	(9.403)	(9.031)
Serviços de terceiros	(5.480)	(5.919)
Conservação	(8.109)	(8.944)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(386)	(1.290)
Consumo	(271)	(1.015)
Transportes	(2.292)	(2.283)
Verba de fiscalização	(6.299)	(5.914)
Seguros / Garantias	(935)	(972)
Provisão de manutenção em rodovias	(15.046)	(7.276)
Custos de serviços da construção	(49.088)	(104.924)
Depreciação / Amortização	(31.175)	(26.139)
Amortização da Outorga	(13.176)	(13.176)
Outros	(322)	(197)
Total	(141.982)	(187.080)

	31.03.2026	31.03.2025
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(5.673)	(5.029)
Serviços de terceiros	(859)	(602)
Manutenção de bens e conservação	(292)	(664)
Consumo	(559)	(732)
Transportes	(7)	(84)
Seguros/Garantias	(4)	(6)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(1.013)	(1.510)
Comunicação e marketing	(53)	(63)
Publicações legais	-	(4)
Depreciação / Amortização	(121)	(61)
Provisão para perdas esperadas	-	(21)
Outros	(234)	(299)
Total	(8.815)	(9.075)

Notas Explicativas

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.03.2026	31.03.2025
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	20.667	12.282
Créditos fiscais	23	20
Outras receitas	-	3
Total	20.690	12.305
	31.03.2026	31.03.2025
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(44.663)	(40.869)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(11.447)	(11.231)
Outras despesas	(2.102)	(1.903)
Total	(58.212)	(54.003)

(*) Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 31 de março de 2026 no valor de R\$55.063, o montante de R\$10.400 foi reconhecido como adição de intangível e infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento (R\$52.654 e R\$11.785 em 31 de março de 2025).

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.03.2026	31.03.2025
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	68.736	118.762
Total das adições de imobilizado (b)	-	16
Juros capitalizados - financiamentos (a)	(10.010)	(11.370)
Juros capitalizados - debêntures (a)	(390)	(415)
	58.336	106.993
Aquisição (adições)	(58.336)	(106.993)
Fornecedores	(20.365)	3.556
Obrigações fiscais	(171)	102
Contas a pagar - partes relacionadas	390	1.505
Cauções contratuais	(946)	824
Provisão para investimentos em rodovias	9.161	2.054
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(70.267)	(98.952)
Fluxo de caixa imobilizado	-	(16)
Fluxo de caixa intangível	(70.267)	(98.936)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(70.267)	(98.952)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	(11.931)	8.041
	31.03.2026	31.03.2025
Outras transações que não envolveram caixa:		
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	25.853	16.173
Dividendos propostos e não pagos	56.524	29.306
Adições ao ativo direito de uso (c)	-	2.571

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 23.

(b) Vide nota explicativa nº 10.

(c) Vide nota explicativa nº 9.

Notas Explicativas

24. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	31.03.2026	31.03.2025
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do período	35.692	31.351
Número de ações durante o período	1.489.051	1.489.051
Lucro por ação	0,0240	0,0211

Não há diferença entre o lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.03.2026		31.12.2025	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>Ativo</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	68.270	68.270	72.770	72.770
Aplicação financeira	N/A	2	173.034	173.034	181.471	181.471
Contas a receber clientes	N/A	2	56.892	56.892	52.055	52.055
Contas a receber - partes relacionadas	N/A	2	1.691	1.691	1.577	1.577
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	365.544	365.544	354.865	354.865
Outros créditos	N/A	2	263	263	280	280
			665.694	665.694	663.018	663.018
<u>Passivo</u>						
Empréstimos e financiamentos	N/A	2	1.934.898	1.934.898	1.937.373	1.937.373
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	13.927	13.927	15.387	15.387
Debêntures (a)	N/A	2	125.209	122.287	122.136	116.192
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	55.954	55.954	63.623	63.623
Outras contas a pagar	N/A	2	772	772	19.338	19.338
			2.130.760	2.127.838	2.157.857	2.151.913

(a) Valor bruto

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Notas Explicativas

Os valores contábeis dos financiamentos sujeitos a taxa pós-fixada como IPCA aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de juros - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2026, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	10,40%	13,00%	15,60%
Receita de aplicações financeiras	24.927	31.159	37.390
Juros a incorrer CDI líquido (*)	24.927	31.159	37.390
IPCA	3,84%	4,80%	5,76%
Juros a incorrer - BNDES	(203.280)	(223.048)	(242.815)
Juros a incorrer - Debêntures	(9.690)	(10.909)	(12.128)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(212.970)	(233.957)	(254.943)
Juros a incorrer líquido	(188.043)	(202.798)	(217.553)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 27 de março de 2026, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade prevê interromper a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de março de 2026, a Sociedade apresenta valores a receber no montante de R\$55.939 (R\$50.873 em 31 de dezembro de 2025) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Auto Expresso - DBTRANS S.A., Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Movemais Meios de Pagamentos Ltda., Veloe - Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A., Cielo S.A. e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica "Contas a receber".

Notas Explicativas

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A sua controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 31 de março de 2026, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$262.738 (R\$255.390 em 31 de dezembro de 2025).

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A Sociedade tem seu acionista como principal apoiador financeiro, com capacidade de continuar mantendo suas atividades, assegurando tanto pelo suporte financeiro atual, dos próximos 12 meses e futuro.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Valor contábil	2026	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
BNDES Automático (b)	11,17%	1.989.042	3.202.517	54.722	163.875	214.796	412.592	2.356.532
Arrendamento mercantil a pagar	12,51%	62.108	82.290	4.846	13.960	16.784	28.913	17.788
Debêntures - IPCA (b)	10,85%	125.209	129.418	39.911	30.615	58.892	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	-	55.954	55.954	21.513	34.441	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	13.927	13.927	13.927	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	772	772	31	741	-	-	-
		2.247.012	3.484.878	134.950	243.632	290.472	441.505	2.374.320

(a) Média ponderada efetiva % a.a.

(b) Valores brutos dos custos de transação.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Notas Explicativas

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e o pagamento do ônus fixo da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a Sociedade mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 31 de março de 2026, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	120.000
	Responsabilidade civil	29.477
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	826.551

(*) Por sinistro.

Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor de garantia em 31 de março de 2026 é de R\$41.308 (R\$37.011 em 31 de dezembro de 2025).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
ViaPaulista S.A.
Ribeirão Preto - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Via Paulista S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente. Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias referidas anteriormente incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Sociedade e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no referido pronunciamento técnico e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 14 de maio de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22**

Declaramos, na qualidade de diretores da ViaPaulista S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado do São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 28.019.100/0007-74, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 31 de março de 2026, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Ribeirão Preto, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Ricardo Tozzi Gerab
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da ViaPaulista S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado do São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 28.019.100/0007-74, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 31 de março de 2026, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Ribeirão Preto, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Ricardo Tozzi Gerab
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia